



**DOSSIÊ TEMÁTICO:**

***QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE  
DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?***

**Artigo**



**MINERAÇÃO DO CARVÃO E REASSENTAMENTOS  
"FORÇADOS": O SENTIDO DE LUGAR E A(S) NOVA(S)  
CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA NAS COMUNIDADES  
ATINGIDAS PELA VALE E RIVERSDALE EM MOATIZE,  
MOÇAMBIQUE.**

**COAL MINING AND "FORCED" RESETTLEMENT: THE SENSE OF PLACE  
AND THE NEW IDENTITY FEATURES IN THE COMMUNITIES AFFECTED  
BY VALE AND RIVERSDALE IN MOATIZE, MOZAMBIQUE.**

**MINERÍA DEL CARBÓN Y REASENTAMIENTO "FORZADO": EL SENTIDO  
DEL LUGAR Y LA(S) NUEVA(S) CONFIGURACIÓN (ES) DE IDENTIDAD EN  
LAS COMUNIDADES AFECTADAS POR VALE Y RIVERSDALE EN  
MOATIZE, MOZAMBIQUE.**

*Por Eduardo Jaime Bata*

**Eduardo Jaime Bata**

Professor da Faculdade de Geociências,  
Universidade Rovuma, Moçambique  
<https://orcid.org/0000-0002-4573-4361>  
Contato: eduardobata1983@gmail.com,

**Como citar:**

BATA, E. J. Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": o sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 49-75, jul.-set., 2023.

Recebido: 02/08/2023

Aceite: 14/09/2023



## RESUMO

A mobilidade internacional do capital nas últimas quatro décadas permitiu a expansão da fronteira agro mineral e abertura de novas frentes em países distantes dos centros de articulação capitalista. Este artigo analisa as transformações ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, para compreender como essas mudanças afetaram a identidade, as referências sobre o lugar e configuram nova (s) identidade(s), na população atingida. A partir do estudo das categorias geográficas: espaço, território e lugar; do trabalho de campo realizado em 2015 e 2016, em Moatize e da pesquisa bibliográfica em curso, destaca-se que o início da extração do carvão mineral induziu a profundas transformações espaciais, afetando assim as referências sobre o lugar e a identidade da população atingida pelos projetos da Vale e Riversdale. Neste quadro, símbolos como Rio, antiga casa, *machamba* e práticas culturais como *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo*; entre outros foram destruídos ou perdidos com o reassentamento. Como consequência, as identidades adquiriram novas feições, a população perdeu o sentido de lugar (RELPH, 1997; CROSS, 2001), já que o novo lugar não tem o mesmo significado emocional, afetivo e nem carrega consigo as mesmas crenças culturais e práticas que as vinculam ao lugar anterior ao reassentamento.

**Palavras-chave:** Carvão mineral. Reassentamento. Identidade. Lugar. Moatize.

## ABSTRACT

The international capital mobility in the last four decades allowed the expansion of the agro-mineral border and the opening of new fronts in countries so far from the capitalist joint centers. This paper aims analyzes the changes in Moatize, with the beginning of mineral coal extraction, to understand how these changes affected the identity, the sense of place and set up new identities in those people affected by Vale and Riversdale Projects. From the study of geographic categories such as space, territory and place; the field research carried out in 2015 and 2016 in Moatize but also bibliographical research, highlighted that the beginning of those projects lead to several spatial changes, thus affecting some references of place and the identities too. In this context, symbols such as river, old house, farm and cultural practices such as *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo* among others were lost with resettlement. Consequently, identities acquired new features, people lost the sense of place (RELPH, 1997; CROSS, 2001), as a new place has not the same emotional, affective meaning and does not carry the same cultural beliefs and practices which link them to the place prior to displacement.

**Keywords:** Mineral coal. Resettlement. Identity. Place. Moatize.

## RESUMEN

La movilidad internacional del capital en las últimas cuatro décadas permitió la expansión de la frontera agromineral y la apertura de nuevos frentes en países alejados de los centros de articulación capitalista. Este artículo analiza las transformaciones que se dieron en Moatize, con el inicio de la minería del carbón, para comprender cómo estos cambios afectaron la identidad, las referencias sobre el lugar y configurar nuevas identidades en la población afectada. A partir del estudio de las categorías geográficas: espacio, territorio y lugar; Del trabajo de campo realizado en 2015 y 2016 en Moatize y de la investigación bibliográfica en curso, se destaca que el inicio de la extracción del carbón mineral indujo profundas transformaciones espaciales, afectando así las referencias sobre el lugar y la identidad de la población afectada por la Proyectos Vale y Riversdale. En este contexto, símbolos como Río, la casa vieja, la hacienda y prácticas culturales como *kumbire mudzimbo*, *mandjole*, *malombo*; fueron perdidos con el reasentamiento. Como consecuencia, las identidades adquirieron nuevos rasgos, la población perdió su sentido de lugar (RELPH, 1997; CROSS, 2001), ya que el nuevo lugar no tiene el mismo significado emocional, afectivo y no lleva consigo las mismas creencias culturales y prácticas como vincularlas al lugar previo al reasentamiento.

**Palabras - clave:** Carbón mineral. Reasentamiento. Identidad. Lugar. Moatize.



## INTRODUÇÃO

A apropriação da natureza e seus elementos (florestas; minerais metálicos e outros) vive um período inusitado desde as últimas décadas do século XX e, precisamente, nas primeiras deste século. Este processo emanado dos países do capitalismo central e comandado, atualmente, por grandes corporações transnacionais que atuam com aval do Estado (HARVEY, 2004) são responsáveis pelos arranjos em curso, um pouco por todo o mundo. Na lista desses arranjos, visando permitir a expansão do capital, sobressai principalmente, a construção de infraestruturas de grande peso socioambiental, como por exemplo, ferrovias, plantas de mineração, terminais ferroportuário, portanto, capital fixo para a produção o que implica quase o deslocamento forçado da população para áreas, até então, não "incorporadas" ao circuito produtivo capitalista.

Longe do que tem sido a retórica oficial do governo e dos consórcios transnacionais; esta infraestrutura, de natureza exterior ao local, insere-se na lógica expansionista do capital e corresponde, na prática, a uma das estratégias para absorção do capital excedente produzido em outras regiões. Martins (1993) considera que essa infraestrutura permite ao Estado e as transnacionais exercerem o controle político e sócio-territorial das comunidades, violência simbólica nas palavras de Bourdieu (1989). Um dos aspectos mais salientes desse processo é, segundo Silva (2007), a transformação dos gestos, dos sonhos e das utopias dos grupos sociais atingidos pelos empreendimentos, o que pressupõe mudanças significativas na estrutura identitária das comunidades, pois têm de se reorganizar para atender às imposições do capital.

Portanto, na época de ordenação espaço-temporal marcado, sobretudo, pela expansão geográfica e reorganização espacial (HARVEY, 2004), um considerável número regiões em nível do globo foi e, continua sendo incorporada ao circuito de produção capitalista. Por outro lado, diversos setores de atividades sofrem profundas transformações com vista a rentabilizar o capital excedente. É no interior desta reordenação que o setor da mineração e de produção mineral, vivenciou um extraordinário crescimento nas últimas décadas, principalmente, desde os anos 2000. Para que se tenha uma ideia, entre 2007 e 2017, por exemplo, a produção do aço bruto em nível mundial passou de 1.350 milhões de toneladas para 1.689 milhões de toneladas o



que representa o incremento de aproximadamente 340 mil toneladas em dez anos. Dados desagregados confirmam o papel da China (42.75%), como o *driver* da demanda crescente por *commodities*, seguido da União Europeia (12.8%) e outros países da Ásia (12.2%), que se destacaram na produção e consumo do aço bruto no período em referência. (WORLD STEEL ASSOCIATION, 2018). Acompanhando esta tendência, a produção e o consumo do carvão mineral (mineral associado à produção de ferro-gusa e de aço) também registraram avanços consideráveis. Com efeito, entre 1980 e 2014, o consumo do carvão mineral no mundo cresceu de 69.90 quadrilhões de Btu (*British Thermal Unit*; 1 Btu = 252 calorias) para 90 quadrilhões de Btu em 1990. Esta tendência manteve-se no período entre 2001 e 2014, saltando de 97.80 quadrilhões de Btu para 160.26 quadrilhões (BATA, 2018).

No geral, foram decisivos para este crescimento, além de aspectos geopolíticos que ditaram a flutuação do preço do petróleo; a ascensão econômica e o aumento da demanda por *commodities*, principalmente, por parte de algumas economias “emergentes”; a fusão entre empresas nacionais e estrangeiras, os incentivos fiscais e, sobretudo a disponibilidade da força de trabalho, na sua maioria localizada em países periféricos, tal como Moçambique.

Concentrados na sua maioria no Sul global, estes países assistiram ao *assalto* de seus territórios *pelo império de capital*, cujo objetivo principal é a produção de *commodities*. Junto com a reconfiguração espacial e territorial ocorreu, também o redimensionamento das formas de vida e dos hábitos das comunidades, historicamente construídos, assim como o estabelecimento de novas relações, frequentemente, opostas às anteriores, assim como a perda de elementos materiais e simbólicos, aspectos fundamentais (CRUZ, 2011) para pensar a identidade. Hall (2003) ao analisar os efeitos do avanço do capitalismo sobre novos territórios destaca as seguintes consequências sobre as identidades: (i) a desintegração das identidades nacionais fruto da homogeneização cultural, (ii) o reforço às identidades nacionais e locais como estratégia de resistência à globalização e (iii) o declínio das identidades nacionais e a ascensão de novas identidades, híbridas, que as sucedem. Em Moatize, embora possam ocorrer às três formas enunciadas por Hall, são as duas últimas, as que mais se salientam.

Portanto, se por um lado, parte da população deslocada e reassentada pela Vale e Riversdale vê em algumas práticas tradicionais marcas de atraso e obstáculos ao desenvolvimento, conforme o discurso hegemônico, por outro lado, uma parte dessa



população luta para manter vivas tais práticas, isto é, tenta resistir às estratégias de homogeneização, fundamentais à expansão do capital. Gonçalves (2001, grifos do autor) situa tais tensões no universo das formas de afirmação das territorialidades e das identidades territoriais, enquanto elemento de *r-existência* das comunidades tradicionais. Trata-se, assim por dizer, de movimentos sociais de *r-existência*, pois não só lutam para resistir contra os que os explora e estigmatiza, mas também por uma forma própria de existência, certo modo de vida e de produção e por diferentes modos de sentir, agir e pensar em coletividade.

Considerando esses aspectos, faz sentido à proposta de Haesbaert (2012) que explora as duas faces do processo de globalização em curso. Para ele, a globalização não está diluindo nossas identidades, pelo contrário, está as fortalecendo, em formas tidas como reessencializadas, sendo recriadas pela própria mobilidade e em formas mais híbridas, ressaltando, sobretudo, o seu caráter múltiplo e liminar/transfronteiriço.

Isto posto pretende-se neste artigo analisar as transformações ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, para compreender como essas mudanças afetaram a identidade, as referências sobre o lugar e configuram nova (s) identidade(s), na população atingida. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica, documental; a aplicação de questionários para a população reassentada em Cateme, Mwaladzi e bairro 25 de Setembro, bem como a realização de entrevistas com alguns técnicos do governo distrital, provincial e colaboradores da Vale Moçambique, em Moatize, Província de Tete, entre 2015 e 2016.

Do ponto de vista teórico, a análise privilegiou o estudo integrado e dialético das categorias geográficas, espaço, território e lugar. Não sendo exclusivos da Geografia, os conceitos de lugar, espaço, território embasam um significativo número de pesquisas na Sociologia, Antropologia, Psicologia, Arquitetura e outras. O estudo sobre identidade, por sua vez, aporta à Geografia, sobretudo na chamada Geografia cultural, como base teórica e fundamento para novos fenômenos ocorridos tanto no espaço rural, quanto no urbano com o avanço do capitalismo.

O espaço e o território, por exemplo, apesar de serem categorias distintas, não equivalentes, conforme Raffestin (1993); seu caráter único dificulta sua leitura separada. O território e o espaço, diz Haesbaert (2010), não podem e, nem devem ser separados, porque sem espaço não há território, do mesmo modo que sem lugar não há identidade.



Neste artigo, o termo atingido refere-se tanto as comunidades reassentadas em Cateme, 25 de setembro e Mwaladzi, quanto à população do bairro de Bagamoyo, nos arredores de Moatize. Diz respeito também à comunidade de Capanga nas cercanias da mina da *International Coal Venture Limited* (ICVL) que até outubro de 2016, não havia sido reassentada, apesar dos perigos que a extração e movimentação de carvão mineral representam para a saúde, a integridade física e social das comunidades.

E, por último, faz referência a toda gente cujo cotidiano e as formas de existência no lugar foram modificadas em função da dinâmica instituída pelas mineradoras. Portanto, compreender as mudanças em curso no Distrito de Moatize, assim como as tramas inerentes, pressupõe colocar alguns questionamentos, como por exemplo: (i) quais são as transformações espaciais ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral? (ii) as mudanças em curso na cidade de Tete e em Moatize resultam, exclusivamente, da implantação dos projetos da Vale e da Riversdale? (iii) como as mudanças atuais afetam a identidade e o sentido de lugar da população?

## ESPAÇO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

O estudo do espaço e do território não é recente. A preocupação em compreender o espaço, isto é, a realidade na qual vivemos, foi desde cedo objeto de controversos debates entre filósofos, matemáticos, entre outros pensadores clássicos. Na geografia, esta discussão invoca o problema essencial dela, isto é, seu objeto de estudo. Da noção do espaço como localização de lugares apresentado pelos gregos clássicos, à ideia do espaço virtual ou *ciberespaço*, o debate sobre o espaço foi evoluindo à medida que os paradigmas que orientam o pensamento geográfico foram sendo questionados e, por vezes, substituídos por novos. Considerando o espaço como representação *a priori* e como condição para a ocorrência dos fenômenos (visão kantiana), assim como o espaço como realidade objetiva, produto social em permanente transformação (SANTOS, 2008); a importância do espaço e das relações que nele ocorrem foi ganhando *forma* e abrindo novos *flancos* para o debate.

O espaço não é um dado *a priori*, anterior à intervenção humana. Ele é, antes de tudo, produto do trabalho empreendido pelo homem no processo de transformação da "primeira natureza". Designado conceito-mestre, o espaço posiciona-se no contexto da globalização e no âmbito da geografia crítica-radical, como instrumento de luta a partir



do qual se busca contestar as injustiças espaciais, os efeitos ambientais negativos, as desigualdades no acesso, uso e apropriação dos bens naturais (HAESBAERT, 2010; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Com efeito, o espaço geográfico assume papel importante, por um lado, como instrumento de luta pela igualdade de direitos e, por outro lado, como peça essencial na ordenação, organização e reprodução das relações sociais. O espaço é, por isso, primordial na organização

das funções entre diferentes frações do território. A importância de cada fração do espaço decorre de suas próprias virtualidades naturais ou sociais preexistentes. As especializações na utilização do território sejam naturais, culturais ou técnicas, significam uma redescoberta ou valorização total, na qual cada parte ou lugar recebe um novo papel ou ganha um novo valor (SANTOS, 2002, p.29).

Portanto, dada a sua polissemia, o espaço exige sempre um adjetivo para o qualificar. Nesse sentido, a compreensão do espaço não dispensa o adjetivo que o acompanha, porque ele pode designar tanto o espaço econômico, espaço topológico, espaço físico no qual ocorre um evento, quanto o espaço pessoal em múltiplas escalas, isto é, local, regional ou global (CORRÊA, 2003). Nas ciências humanas, é vasta a lista das disciplinas que têm o espaço como objeto de estudo. Da Geografia à Psicologia e da Antropologia à Sociologia, por exemplo, a leitura sobre o espaço assume várias perspectivas, múltiplos recortes e distintos significados. Na Geografia, o espaço pode ser entendido como espaço absoluto, relativo, relacional, sintetizando possíveis significações (HARVEY, 2004).

Do ponto de vista relacional, a leitura do espaço remete às representações que se constroem sobre ele e significa, segundo Haesbaert (2010, p.162), o espaço vivido que aglutina "visões, fantasias, desejos, memórias, sonhos e estados psíquicos". Tais estados lembram os referenciais sobre o lugar e, neste caso, os símbolos presentes nas antigas aldeias e bairros nos quais a população reassentada, em Cateme, Mwaladzi e 25 de Setembro, residiam antes do reassentamento.

Sendo produto social, a análise espacial pode focalizar questões de natureza política para compreender como tais processos operam e, sobretudo, a forma como eles se articulam com o espaço. É a partir desta perspectiva que se deve pensar o vínculo entre espaço e o território. Por isso, Haesbaert (2010) ao delinear o conceito de território explora tanto a dimensão material das relações de poder, quanto seus desdobramentos (efeitos de natureza material do poder) sobre a estrutura imaterial. Em função disso, o



território "pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico - políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural" (HAESBAERT, 2004, p.79).

Trata-se, portanto, de entender o território por meio das relações de poder que lhes são inerentes, "desde o poder mais tradicional, de natureza estatal-administrativa, até sua configuração mais simbólica, na qual a própria construção identitária é vista, antes de tudo, como um instrumento de poder dos grupos e/ou classes sociais" (HAESBAERT, 2012, p.34). Assim, ao definir o território é necessário ter em conta a articulação territorial entre as duas dimensões, isto é a ideia de *continuum* que permite, de acordo com Haesbaert (2010, p.167), analisar os processos de territorialização, sem privilegiar nem uma e nem outra dimensão. Para tanto, é adequado uso do termo "territorialidade em sentido mais amplo - já que não se trata, obrigatoriamente, da territorialização manifestada de modo concreto".

Na Geografia o estudo do território remota da geografia tradicional, mormente, nas obras "Antropogeografia" e "Geografia Política" de Friedrich Ratzel. Nestes livros, Ratzel aborda questões basilares à formulação do conceito de território, das quais: o princípio da indissociabilidade entre o homem-natureza e a ideia do habitat.

Em sua constituição histórica, Santos (2002) critica o pouco protagonismo da Geografia na definição de seu objeto de estudo, o espaço. Haesbaert (2009) diz que a Geografia se apartou, durante séculos das discussões sobre o território, mesmo considerando que esse papel cabia e, ainda cabe, à Geografia. Seja como for, na Geografia o território pode ser compreendido, por exemplo, a partir da sua materialidade que abarca múltiplas dimensões e a interação sociedade-natureza. Nesse sentido, uma das referências é o livro "Por uma geografia do poder", de Claude Raffestin. Nele, Raffestin não só esboça uma definição sobre o território, mas também esclarece que o espaço e o território não são termos equivalentes. De fato, o território "é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, isto é, que realiza um programa em qualquer nível. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e, que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p.144). O autor, ao centrar sua análise somente nas relações políticas de poder ignora, por assim dizer, outras dimensões úteis à compreensão do conceito território, principalmente a sua dimensão simbólica. Haesbaert (2009) critica este distanciamento e sugere a leitura do território a partir de três perspectivas: política (relações de poder), cultural/simbólico-





cultural (espaço vivido) e a econômica. Esta última enxerga o território como fonte de recursos úteis, ou potencialmente úteis. É na última dimensão que repousa o entendimento das transnacionais sobre Moatize, como lugares no sentido absoluto, pontos no mapa, com coordenadas específicas, passíveis de serem explorados.

Fora da malha do poder capitalista, o lugar representa algo mais complexo e amplo que combina tanto a localização, o local quanto o sentido do lugar. Enquanto o local se refere ao instrumental material que sustenta as relações sociais, isto é, a forma como o lugar se apresenta para o observador; o sentido do lugar remete a diversos significados associados ao lugar: os sentimentos, as emoções que invocam o lugar. Tais significados podem ser individuais ou baseados na biografia pessoal, mas também podem ser compartilhados e que servem para a compreensão e relação do indivíduo com o grupo e com o ambiente. Portanto, o sentido de lugar, segundo Cresswell (2009), baseia-se na mediação e representação sobre esse lugar. De resto, são essas representações ocultadas pelos projetos de mineração que se busca averiguar se elas se modificaram concomitante às transformações operadas no local, em função do início da mineração do carvão em Moatize. E abarcar esta complexidade exige uma leitura territorial que considera de forma integrada e dialética as perspectivas políticas, cultural/simbólico-cultural e econômica (HAESBAERT, 2009; 2012).

Deste modo e, enfatizando o caráter simbólico do território, Santos (2002, p.17) fornece uma leitura que, em nossa opinião, permite compreender o que ocorreu em Moatize. Pois, além do aspecto visual, próximo à paisagem, as novas formas e relações de poder instituídas e/ou influenciadas pela presença dos megaprojectos demandam a compreensão de que o

território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como "território usado", não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho; lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida. É o território usado que é uma categoria de análise.

Em Moatize, o território usado diz respeito às representações criadas em relação a alguns lugares, elementos e práticas, seja da natureza ou socialmente construídos. Esses referenciais simbolizados pela paixão, hábitos, lembranças sobre lugar (a expressão simbólica de um território e o seu poder) exprimem a relação simbólica, afetiva que as comunidades têm, portanto, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, a identidade, conforme Santos (2002).



## GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO: PROJETOS DE MINERAÇÃO DO CARVÃO E PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA EM MOATIZE

Não é possível resistir ao mercado! (Margaret Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha entre 1979 e 1990).

Existem momentos, talvez uma a cada 30 anos, nos quais um *mar* de mudanças ocorre na política. Nesses momentos, não faz diferença o que você diz ou faz (James Callaghan, premier ministro da Grã-Bretanha entre 1976- e 1979).

Foi com estas expressões que Margaret Thatcher e seu antecessor e adversário político James Callaghan, respectivamente, anunciaram a nova era da política econômica mundial, denominada era do mercado; da transformação; da iniciativa privada; da empresa transnacional, ou melhor, do advento do mercado como "regente" da orquestra (CHESNAIS, 1996, RACHMAN, 2011). São elas as "prodigiosas" frases dos finais da década de 1970 e início da década de 1980, que conjecturavam a tendência ideológica global que dominaria a política econômica internacional nas três décadas seguintes, isto é, entre 1978 e 2008.

De fato, após décadas de incontestável sucesso, correspondendo a era fordista, o capitalismo mergulhou numa profunda e grave crise que forçou o enxugamento do papel do Estado, em favor do mercado e da iniciativa privada (HAESBAERT, 2012). Nesse contexto, as reformas realizadas por Thatcher e copiadas em outros países deram ímpeto ao processo de reestruturação produtiva do capital. E na senda disso, forjaram-se as bases do chamado Consenso de Washington, cujo centro está o mercado e a privatização aparece como palavra de ordem; num esforço para "privatizar o mundo", favorecendo a expansão do capital (RACHAMAN, 2011). Para Harvey (2005, p.78), a expansão geográfica e a reorganização espacial criam possibilidades de aplicação mais rentável do excedente de capital, principal causa da crise. Ou seja, "como a expansão geográfica envolve o investimento em infraestruturas físicas e sociais de longa duração, a produção e a reconfiguração das relações espaciais são meios para atenuar, ou resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo". Portanto, considerando as crises como momentos de pausa na *narrativa* capitalista, tais *falhas* são intrínsecas ao sistema. Elas impõem, por assim dizer, a racionalidade ao sistema e tornam possível sua sobrevivência. Bauman (2010, p.10) diz que a tendência de formação de *bolhas* dentro do capitalismo confere "oxigênio" ao sistema; a contração do crédito, evidência da crise em curso



"não é sinal do fim do capitalismo, mas da exaustão de mais um pasto. A busca de novas pastagens terá início imediatamente [...]. Novas terras virgens serão encontradas e novos esforços serão feitos para explorá-las, por bem ou por mal".

Tendo em conta o caráter *parasitário* do capitalismo, sua sobrevivência depende da sua capacidade de expansão. Este processo possibilita a absorção do excedente do capital, bem como a consolidação da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com todas as suas iniquidades. Também designada divisão transnacional do trabalho e da produção, a nova DIT não só fortaleceu a posição de alguns países, sobretudo do Sul Global como produtores de produtos primários, mas também ressignificou a partilha e a distribuição, pelo mundo de grandes transnacionais, dentre elas a Vale, a Riversdale, ICVL, por exemplo. Em seu novo "formato" representado pelas corporações transnacionais, o capitalismo cria/recria o seu mapa, a partir duma lógica utilitarista, o que fortalece a ideia de que vivemos numa sociedade mercantilista, aonde tudo se compra e se vende. É no interior disso que se insere a aliança entre o Estado e o capital, que em Moçambique elegeu a mineração como seu ponto fulgor.

De fato, o governo e as transnacionais unem esforços que visam construir a ilusão de que os megaprojetos de mineração são o caminho para o desenvolvimento do país. O trecho seguinte evidencia isso

[...] é para todos nós, moçambicanos e parceiros, motivo de grande satisfação participar nesta cerimônia de abertura da mina de carvão de Benga, nestas terras de Moatize e de Tete. Trata-se de um empreendimento que se coloca ao lado de muitos outros implantados e em implantação em diferentes cantos da nossa Pátria Amada para concorrer para a *contínua redução da pobreza e para a melhoria da nossa qualidade de vida*. Podemos, com orgulho, dizer que o dia de hoje é muito melhor do que o de ontem e que o de amanhã será muito melhor ainda [...]. Definimos a *indústria extrativa como o pilar do desenvolvimento acelerado da economia nacional* [...]. Exortamos as partes a manterem-se unidas e em diálogo permanente para assegurarem que *esta mina cumpra com o seu papel preponderante no desenvolvimento sócio econômico do Distrito de Moatize, da Província de Tete e da nossa Pátria Amada*. (Discurso de Armando Guebuza, ex- Presidente da República na inauguração da mina de carvão de Benga, maio de 2012, grifos nossos).

Portanto, sob o véu do desenvolvimento, o discurso do ex-presidente oculta o objetivo fundamental dos projetos de mineração: produzir para o mercado, para o lucro e para uma minoria, *grosso modo*, ligada ao poder político nacional. Nesse sentido, a objetivação do discurso cria falsa racionalidade sobre os megaprojetos e fortalece o poder da ideologia. Já o poder simbólico (desenvolvimento) cumpre sua "função política de instrumento de imposição e legitimação da dominação dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim para a domesticação dos dominados" (BOURDIEU, 1989, p.11).



Denominados *indutores do desenvolvimento*, os grandes projetos de investimento variam, substancialmente, de sua natureza e finalidade. Não obstante, Vainer e Araújo (1992, p.34) entendem que são, no geral, empreendimentos que consolidam "o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações das proximidades dos empreendimentos". Para Martins (1993, p.62), os grandes projetos de investimentos "são obras de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações em algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o aniquilamento da população que possa representar algum estorvo para o avanço desses projetos".

Na verdade, a denominação “grandes projetos de investimentos” serve para caracterizar projetos que mobilizam em grandes volumes elementos como, capital, força de trabalho, recursos naturais, energia, território e tendem, sobretudo, a formar enclaves territoriais, econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos, assim como promovem a fragmentação territorial (VAINER, 2007). É a fragmentação territorial que aqui interessa, portanto, entender como as mudanças geradas pelos projetos do carvão mineral de Moatize afetam a identidade da população atingida, bem como o sentido de lugar.

Sabe-se que a população não pode fugir dessa realidade que lhes foi imposta. No entanto, a tomada de consciência sobre as transformações espaciais gera no interior das comunidades o sentimento de estranheza, em função da desfiguração e do aniquilamento da paisagem, a desconstrução das referências e dos sentidos sobre os lugares habitados antes do reassentamento. Dantas e Morais (2008, p.17) explicam que "não cabe fugir desse cenário, mas compreender que a desapareição faz emergir outra encenação: a construção de novos mundos"; são esses mundos que devem ser desvendados, porque eles se inserem num universo maior, isto é, novas identidades.

Com o pretexto de modernização do território, atravessam-se comunidades, aniquilam-se sociedades inteiras, destroem-se as condições materiais de vida: solo, subsolo, minerais, água, ar, entre outras, visando imprimir o "progresso". Sabe-se, todavia, que esses projetos nada têm de modernização, pelo contrário, "objetivos que não são os de desenvolver o lugar, tampouco modernizar as pessoas". (SILVA, 2007, p.19).

Castel-Branco, economista e um dos pioneiros no estudo dos megaprojetos em Moçambique, elenca alguns aspectos importantes na definição de grandes projetos de



investimento. Com efeito, além do aporte financeiro inicial (superior a US\$ 500 milhões), Castel-Branco considera, igualmente, o impacto destas atividades na produção, no comércio e na economia. Por isso, os megaprojetos destacam-se no quadro de outras atividades por serem: intensivos em capital, sem gerar emprego direto proporcional ao peso no investimento, produção e comércio; concentram-se em atividades mineiras e energéticas, como gás e carvão mineral; são estruturantes das dinâmicas de acumulação e reprodução econômica (CASTEL-BRANCO, 2010; 2009; 2008).

Megaprojetos são projetos de grandes dimensões financiadas por investimento estrangeiro; centram-se na apropriação dos recursos naturais; são intensivos em capital, porém, não geram emprego proporcional ao capital investido; a produção é destinada à exportação e, frequentemente, investem em infraestruturas destinadas a fins específicos que não servem ao público em geral (XIONG, 2014). Para os dois autores, os seguintes aspectos merecem destaque: os megaprojetos são empreendimentos cujas atividades estão voltadas, preferencialmente, para o setor mineral - energético e intensivo em capital. O primeiro ilustra bem a posição subordinada de Moçambique e de outros países africanos como fornecedores de *commodities* de origem mineral, de baixo valor agregado, assim como a tendência extrativista da economia moçambicana.

O segundo aspecto e, o mais importante para esta análise, indica a pujança, a natureza excludente e exclusivista dos megaprojetos, já que a participação neste setor exige elevadas somas de capital, incluindo o capital financeiro. Diante desses elementos, desde já, deve-se afastar a ideia da participação ativa das comunidades locais, senão como vendedores da força de trabalho.

Na verdade, neste intrincado processo, o qual tem o *desenvolvimento* como principal elemento negocial, a comunidade local tem pouca ou nenhuma escolha. Ou participa, marginalmente, ou fica de fora. Seja qual for a opção, os efeitos desses empreendimentos sobre a estrutura social e territorial são arrasadores. Silva (2007, p.19) lembra que

Negar o processo e ficar fora dele é uma opção, mas quem o fizer expõe-se ao perigo, pois o simples fato de se negar a trabalhar para o capital pode tornar o indivíduo marginal, fora da sociedade. Gradativamente somos incorporados ao processo de modernização.

Diante disto conclui-se que os megaprojetos, à semelhança de outros grandes investimentos, são Grandes Projetos de Investimentos (GPI). Assim como os outros GPIs, os megaprojetos, também, não se destinam à população local; a produção de alimentos;

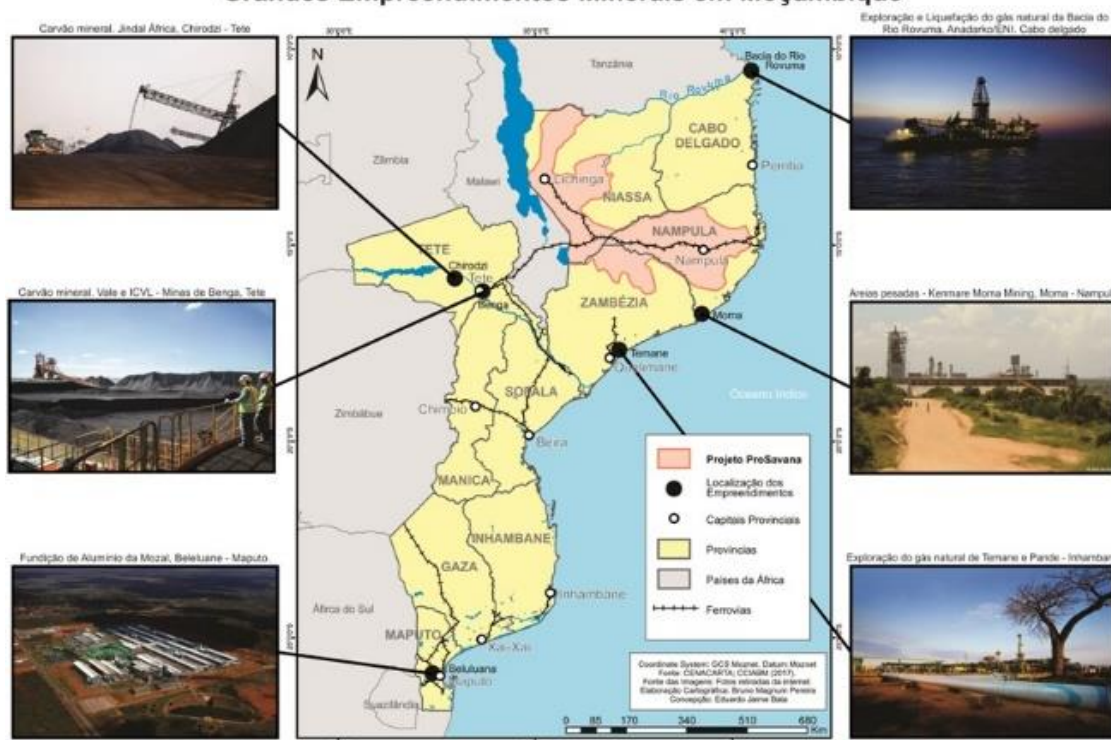


nem ao desenvolvimento local. Seu pressuposto básico é a modificação da realidade territorial, alterando, assim, as formas de existência e as referências sobre o (s) lugar (es) (SILVA, 2007).

Em Moçambique, apesar de seu adensamento na atualidade (figura 1), a inserção do capital na forma de investimento direto estrangeiro ocorreu, inicialmente, durante o período colonial. Nessa fase,  $\frac{2}{3}$  do território nacional foi adjudicado às Companhias majestáticas e arrendatários para a produção de culturas destinadas à exportação. Com independência e as reformas políticas da década de 1980, abriu-se o caminho para o investimento estrangeiro em vários setores de atividades com destaque para o setor extrativo mineral e energético.

Na figura 1, nota-se que significativa parte dos megaprojetos concentra-se no Centro e Norte do país. Nesta figura além da mineração chama atenção a área ocupada pelo ProSavana correspondendo a aproximadamente 11 milhões de hectares de terra destinados à produção de *commodities* agrícolas. Cerca de 5 milhões de pessoas foram atingidas pelo projeto nas Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, (MACARINGUE, 2018).

Figura 1. Grandes Empreendimentos minerais em Moçambique  
Grandes Empreendimentos Minerais em Moçambique



Fonte: Bata (2018)

Portanto, foi a partir dos anos 2000 que se assistiu a entrada massiva de consórcios transnacionais atraídos pelas vantagens competitivas, como por exemplo, taxas bonificadas de imposto sobre a terra; disponibilidade da força de trabalho; baixo grau de organização sindical; fraca legislação trabalhista e ambiental e, sobretudo, as garantias de proteção aos investimentos previstas na Lei nº 3/93, lei de investimento. Como consequência, um conjunto de transformações de toda ordem foi operado, especialmente, nas regiões "receptoras" dos megaprojetos. Como se sabe, desde os instantes iniciais até a etapa de operação efetiva de um megaprojeto, observa-se um movimento contínuo, dialético e conflituoso, no qual interesses econômicos sobrepõem-se às questões sociais (Silva e Silva, s/a), gerando modificações "do símbolo, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto" (SILVA, 2007, p.19).

Considerando estes aspectos e as formas de atuação e de controle capitalista, pode-se dizer que os megaprojetos em Moçambique reproduzem as diferentes estratégias de acumulação de capital, através da extração de produtos primários, como o carvão mineral.



Esse processo, legitimado pelo discurso de desenvolvimento, autoriza ao governo a concessionar bens naturais, sem considerar a autodeterminação dos povos.

### **"MINHA CASA ERA DE PALHA, MAS VIVIA BEM": REASSENTAMENTO "FORÇADO" E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES**

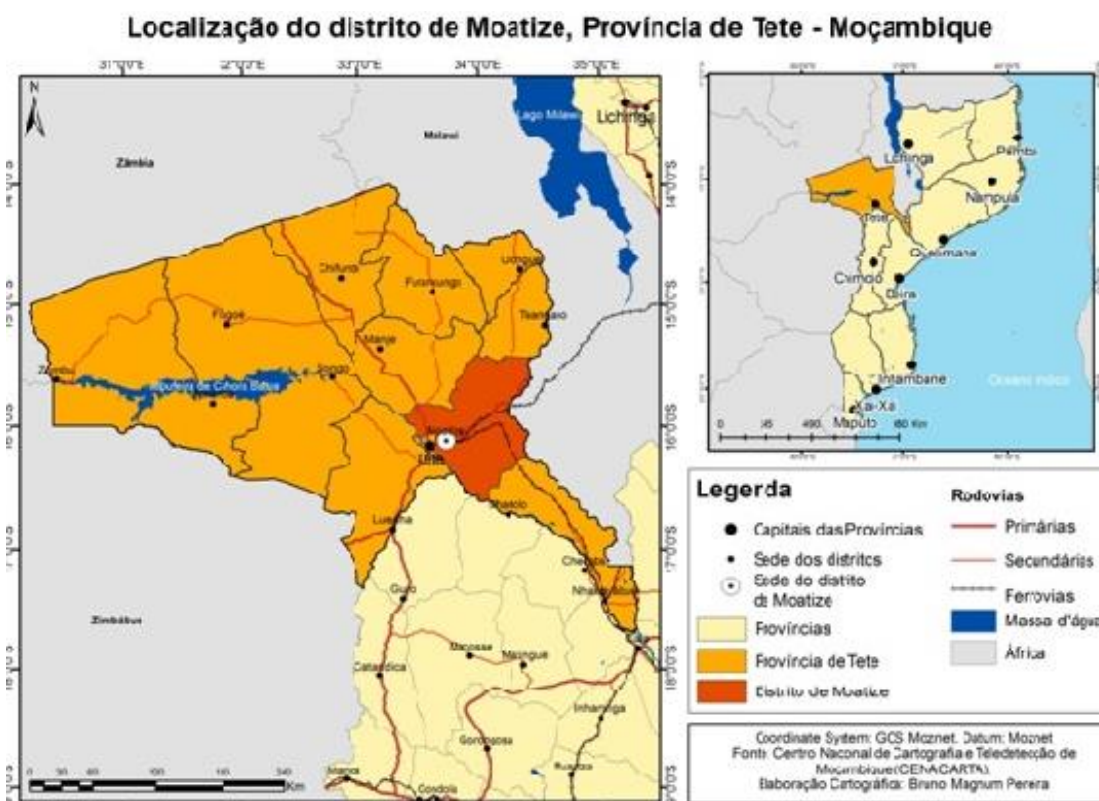
Para iniciar a extração do carvão mineral em Moatize, a Vale Moçambique, Riversdale Moçambique e Rio Tinto realizaram entre 2005 e 2013, o processo de identificação, recenseamento que culminou com o deslocamento e reassentamento "forçado" de comunidades diretamente atingidas pelos seus projetos. Diz-se forçados porque por força da legislação com destaque para a Constituição da República (CRM), Lei de Terras, Lei de Minas e outros, as comunidades foram obrigadas a abandonar seus territórios em favor dos megaprojetos.

Não obstante a consulta pública, na prática, a população não dispunha de forças suficientes para impedir a sua retirada, considerando o caráter estatal da terra. Portanto, para viabilizar a desapropriação das comunidades em Moatize, as três mineradoras e/ou suas subcontratadas realizaram o recenseamento da população, culminando com a estratificação das famílias em dois grupos, em função das formas e dos meios de subsistência. Classificadas em rurais e urbanas, segundo o censo da Vale e Riversdale, as famílias retiradas de Mithethe, Malabwe, Bagamoyo, Chipanga-Sede, Chipanga, Chithatha, Benga e Capanga-Sede, em Moatize, foram reassentadas no bairro 25 de Setembro, arredores de Moatize (figura 2), Cateme e Mwaladzi.





Figura 2. Localização do Distrito de Moatize, Província de Tete



Fonte: Bata (2018)

De fato, além das questões mais específicas do reassentamento como, por exemplo, o valor da compensação, as fases de retirada das famílias, o destino de alguns elementos simbólicos, portanto, os *termos e condições* do reassentamento, destaca-se para fins desta análise, a natureza excludente, exclusivista e separatista do reassentamento, uma das grandes controvérsias de todo o processo. Não convencido com os critérios adotados pela Vale Moçambique para a separação das famílias, 73,3% dos reassentados está insatisfeito com os critérios adotados, porque entende que a separação das famílias fragilizou as relações e criou constrangimentos nas relações interpessoais. Tal como disseram alguns moradores, no reassentamento

[...] estamos a viver com pessoas que não estávamos juntos e cada um tem seu comportamento. Por exemplo, a minha galinha sair para lá é insultada e até pode matar essa galinha. Quando saímos nós de lá não era meu vizinho, só encontrei aqui e o *coração dele não conheço*. (Reassentado de Cateme, outubro 2016, grifos nossos).

[...] não é justo! Tínhamos que estar juntos porque somos da mesma família, não tem sido fácil conviver com os familiares que vivem em Cateme. Por falta de dinheiro de transporte, há vezes que tem falecimento e nem todos conseguem vir ou ir para lá (Reassentado do bairro 25 de setembro, outubro 2016).



Em média foram deslocadas e reassentadas 1.600 famílias, o equivalente a 8.000 pessoas. A esse número devem ser acrescentadas mais 106 famílias, aproximadamente, 424 pessoas que rejeitaram a classificação anterior. Para estas famílias, a Vale procedeu "à indenização assistida que consistiu na compra de casas de material convencional dentro da Vila de Moatize" (Entrevista, com supervisores da área social na Vale Moçambique, outubro 2015). Portanto, apesar da relevância das contradições do processo de reassentamento para a compreensão da pesquisa, sobretudo dos seus desdobramentos sobre a estrutura social, não será discutida a totalidade destes problemas. É necessário, todavia, clarificar que as frequentes alegações (falta de um marco regulatório; pioneiros no processo de reassentamento no país) da Vale Moçambique sobre as falhas do reassentamento, são meras justificações que visam fortalecer o discurso e rebater as críticas.

Sabe-se, conforme Bassey (2015, p.117) que a indústria extrativa

"gostaria de fazer crer a todos que operam da mesma maneira. Sempre que surgem casos que contrariem essa imagem, algumas empresas transnacionais do setor da extração apressam-se a dizer que são meros bodes expiatórios e de modo algum são as piores da sua área".

Em Moatize, além da separação de pessoas que, até então, residiam em territórios contíguos, com laços sanguíneos, de familiaridade e formas de vida coletiva, o reassentamento conduziu à ruptura social, por um lado, pela perda dos espaços para produção e, por outro lado, pelo aumento das mortes, adoecimento, sobretudo de idosos, após o reassentamento. Na verdade, dado o caráter autoritário e excludente do reassentamento, as mulheres e os idosos carregam os traumas provocados pelo deslocamento. Thukral (2009) recorda que com o reassentamento as camadas sociais mais prejudicadas são mulheres pobres, chefes de famílias, meninas, idosos e crianças, pois esses é que enfrentam situações de stress devido à luta pela sobrevivência, dentro de um contexto mais amplo de desigualdade de oportunidades.

E em Moatize, não foi diferente. As mulheres e as crianças do sexo feminino são, dentre outras classes sociais, as que mais sofrem, por exemplo, com a escassez de água, a destruição dos meios de subsistência e com o rompimento das formas de vida e dos referenciais sobre o lugar. Considerando o sentido do lugar, percebe-se que



[...] o reassentamento afetou socialmente aos residentes. O simples fato de dizer a um residente que vai deixar a sua zona residencial para outra e, neste ato deixa de exercer as atividades que anteriormente fazia, passa para uma zona onde não vai fazer nenhuma atividade, isso afeta *socialmente a pessoa*. Após o reassentamento fomos notando que alguns residentes com idade mais avançada que depois de ter abandonado as suas terras e se formos olhar o aspecto social de um africano, *temos a consciência de que, no sítio onde a pessoa reside tem lá o seu segredo*. O ato de retirada desse sítio para outro, socialmente esta pessoa *fica frágil e pode cair doente* ou perder a vida. Isso foi notório nos primeiros anos do reassentamento, refiro-me aos anos 2010 a 2014. Fomos notando que alguns idosos depois de terem sido reassentados, *duas ou três, semanas depois perdiam a vida*, sobretudo em Cateme (Entrevista com o secretário do bairro 25 de setembro; outubro 2015, grifos nossos).

Na tradição africana, a terra e o território são inseparáveis. Eles são nas palavras Stavenhagen (2006), elementos constitutivos da autonomia e da autodeterminação dos povos tradicionais, por isso retirar da/e a terra significa negar a sua autodeterminação. A terra é por essa razão parte de algo mais amplo, designado território. Em Moçambique, a terra representa simultaneamente, lugar de trabalho, de vida e de toda a prática social. Portanto, ela não é somente fonte de reprodução material, mas também *locus* adequado para a sacralização das relações espirituais; alicerce da cultura e da reprodução das formas próprias de estruturação e ocupação do espaço (MATOS, 2014).

Tratado como saudosismo, os referenciais que as comunidades constroem sobre o lugar devem, a todo o custo, ser rompidos para favorecer a expansão do capital. Para acelerar este processo criam-se estereótipos sobre os lugares e práticas, denominadas anacrônicas e o Estado, "por meio do discurso, promove o rompimento das relações pré-estabelecidas e o desapego às coisas locais. Já os moradores são taxados de contrários ao progresso - progresso que deve encobrir aquilo que as águas não encobrirão: a memória e o sentimento de apego ao lugar antigo" (SILVA, 2007, p.19).

Em Moatize, a população reassentada no bairro 25 de Setembro, por exemplo, foi induzida a criar preconceitos em relação a determinadas práticas culturais, consideradas inapropriadas para as zonas urbanas. Assim, fora às limitações do novo espaço residencial, o que dita a não realização de algumas práticas, mormente, rituais fúnebres como o *kumbire mudzimbo*, isto é, pedir aos espíritos que recebam o seu filho; a convivência entre a população de Moatize e de outras regiões inculcou o desprezo pelo tradicional e o retrógrado.

Apelidados de atrasados por uns e desprezados por outros, as pessoas que tentam criar trincheiras de resistência (Almeida, 2005), frente ao contínuo processo de *desmanche* sociocultural, apontam rupturas, não só nas formas de relacionamento com os outros, mas também no tratamento de alguns aspectos sociais. Na verdade,



[...] os hábitos culturais não mudaram na totalidade, mas alguma coisa mudou. Estamos num espaço municipal, um pouco distante da Vila. Há coisas que hoje não podemos fazer mais. Havia, por exemplo, a dança *malombo* [dança que se faz no curandeiro quando alguém está doente] e já não se faz. Uma e outra tentam voltar, mas tem sido desprezado pelos outros e, é considerada cultura arcaica, enquanto lá em Chipanga não (Reassentado do bairro 25 de setembro; outubro 2016, grifo nosso).

#### Corroborando esse entendimento, outro morador disse

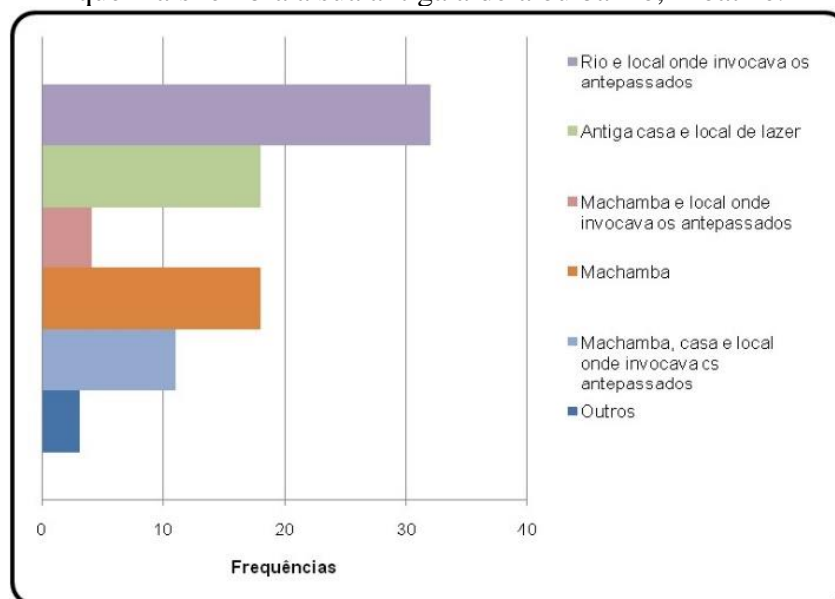
[...] a mente das pessoas mudou porque as pessoas pensavam que só podia viver entre família, mas agora não. As danças que fazíamos lá, aqui não se fazem mais, as pessoas não querem ninguém dançar *mandjole*. Quando havia falecimento as pessoas tocavam batuque à noite para sinalizar que ali há falecimento, mas agora não fazem. Não querem voltar atrás, estão evoluídos (Morador reassentado no bairro 25 de setembro, outubro 2015, grifo nosso).

Vítimas do progresso e não seus destinatários em oposição ao discurso oficial, a modernização mineira (ZHOURI e LASCHESKI, 2010) eleita pelo governo como estratégia de acumulação de capital em Moçambique promove, por um lado, rupturas, fragmentação social e individualização e, por outro lado, exacerba o processo de homogeneização que *pari passu* vai construindo seus próprios territórios. Mendonça (2004, p.122, grifo do autor) reforça este entendimento e, assinala que o capital ao incorporar diversos territórios, "implica (des) construir as *heranças espaciais*. [Isso] está na origem dos estereótipos construídos no imaginário social acerca das noções de atraso cultural".

Apesar disso, a população reassentada em Mwaladzi, Cateme e 25 de setembro mantêm fortes os vínculos com seus anteriores territórios, lugares e símbolos. Designados trincheiras de resistência frente à investida capitalista, nessas comunidades a identidade adquiriu feições de resistência em face das mudanças geradas pelos megaprojetos. Com efeito, elementos simbólicos como o rio, o local de lazer, a antiga casa, o local onde invocava os antepassados continuam sendo códigos da população para pensar as antigas aldeias, antes do reassentamento.

No universo destes símbolos, os moradores dos três reassentamentos apontaram, respectivamente: o rio e o local de sacralização das relações espirituais (37%), a antiga casa e o local de lazer (21%) e a machamba (21%). Atento à figura 3, pode-se dizer que o rio, o local de onde invocavam os antepassados, a antiga casa, o local de lazer e a machamba, são aspectos que vinculam os moradores às anteriores áreas de residência.

Figura 3. Percepção das famílias reassentadas sobre os elementos simbólicos que mais lembra a sua antiga aldeia ou bairro, Moatize.



Fonte: Bata (2018)

69

Nas tramas e traumas do reassentamento, a Dona L. ao sentenciar que "minha casa era de palha, mas vivia bem", busca paralelamente a outras expressões, como: *o que é uma casa sem comida* (Human Rights Watch, 2013); *casa de pedra não mata fome* (CHIZENGA, 2016), desvelar os principais problemas do reassentamento e, sobretudo demonstrar que as casas *per si* não são suficientes para restaurar os meios e formas de vida perdidas com o reassentamento forçado. Aparentemente simples, a intervenção da Dona L. encerra um conjunto de males, como por exemplo, a falta de terra para a prática agrícola, emprego, escassez de água, perda das fontes de renda, em resultado do deslocamento forçado, ao mesmo tempo em que abre espaço para as seguintes questões: como estavam estruturados os bairros e/ou as aldeias das comunidades antes do reassentamento?

É possível apontar a chegada dos megaprojetos como, único responsável pela desestruturação social em curso? Será que o deslocamento forçado implicou a construção de novas relações e de novas identidades? As respostas para estas questões são delineadas ao longo deste texto. À semelhança da casa, para muitos moradores o Rio Revubué não era somente local de socialização, já que é nele que as comunidades tomavam banho, lavava roupa, mas também local de produção, tendo em conta que aproveitavam as margens deste rio para produzir hortícolas. Portanto, associado à produção de tijolos,

abertura de *machambas*, venda de brita e areia para a construção, às margens do Revubué, havia pequenas hortas. Eu

[...] tinha pequena horta lá na baixa. É onde eu ia plantar meu *muliwa* [verdura]. Pequena horta, aquele desenho (Figura 5) que a gente fez aí em cima, onde está escrito *machambas*, aí ao pé do rio, são baixas, a gente ia regar, tínhamos nossa couve, tomate e tudo mais. Levava o tomate ia vender no mercado (Entrevista com Dona B. reassentada em Mwaladzi, outubro 2016).

A vitalidade do Rio é destacada, igualmente, por uma das moradoras nos seguintes termos: "[...] desde que eu nasci eu tenho tomado banho aqui no rio. Eu tenho lavado as minhas roupas aqui... até as minhas crianças cresceram aqui neste rio [...]". (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). Captar o significado de cada um dos símbolos referenciados pelos moradores implica uma imersão no mundo das representações sociais construídas ao longo do tempo. Em Capanga, por exemplo, chama atenção (figura 4), o arranjo e a interação entre elementos simbólicos e materiais responsáveis pela reprodução social das famílias antes da sua retirada para Mwaladzi.

Figura 4. Mapa da comunidade de Capanga antes do reassentamento, Moatize, outubro 2016



Fonte: Bata (2018).

A figura 4 é evidência da coabitação entre os espaços de trabalho (*machambas*, local de produção de tijolos e de brita) e o espaço sagrado, por exemplo, o cemitério, o local de sacralização das relações espirituais e a igreja. Com o reassentamento, no entanto,



quase todas essas referências foram destruída ou, simplesmente, separada da população, conforme disse a Dona B e L, reassentadas em Mwaladzi. Para nós, não há dúvidas de que, o início da extração do carvão mineral e/ou sua logística demandou arranjos espaciais de vulto, resultando em novas configurações territoriais. Este processo local, cuja estrutura de comando é internacional foi responsável pela desarticulação social das comunidades diretamente atingidas pela Vale e Riversdale Moçambique, o que conduziu à configuração de novas identidades, como estratégias de afirmação das identidades territoriais.

Diante de tudo isto, entendemos que está em curso o processo de desarticulação social e empobrecimento das comunidades reassentadas, considerando que elas enfrentam dificuldades de acesso a terra, ao trabalho e alimentos. Encerrando este quadro, a marginalização, desarticulação social, os casos de morte de moradores após o reassentamento, o aumento da morbidade, bem como a perda do acesso à propriedade coletiva e de bens comuns são aspectos que eivam a vida e o cotidiano das comunidades reassentadas em Mwaladzi, Cateme e 25 de setembro.

Sendo assim, sublinha-se que a presença dos megaprojetos em Moatize foi responsável, não só pelas transformações espaciais em curso no Distrito, cujos efeitos se *derramam* sobre a cidade de Tete, mas também afetou a dimensão simbólica da vida comunitária, processo que, gradualmente, promove a exclusão socioespacial em múltiplas escalas. De resto, ao cercear e/ou limitar o acesso a elementos simbólicos, como: o rio, as *machambas*, o local da sacralização das relações espirituais, os megaprojetos promovem a destruição dos símbolos, dos referenciais sobre os lugares e da identidade coletiva das comunidades atingidas, tendo em conta que, o lugar é uma construção concreta e simbólica do espaço detentora de características comuns e, a identidade é caracterizada por meio de símbolos, relações e história, isto é, é uma construção tanto simbólica quanto social.

### **"NYOKA HAINA REVERSE": ALGUMAS NOTAS**

Em Moçambique, em diferentes ângulos de análise, pesquisadores da temática megaprojetos exploram tanto aspectos inerentes à sua contribuição para as receitas do Estado, quanto os conflitos socioambientais, em função das distintas formas de apropriação do espaço e partilha de benefícios e danos. Todavia, dimensões como



trabalho, identidade das comunidades atingidas, permanecem pouco explorados. Na tentativa de dar visibilidade a esses aspectos, que aos *olhos* do governo têm menor relevância, tomamos por emprestado a fala da Dona L. que após horas de conversa recorreu à expressão *nyoka haina reverse*, provérbio em língua *shona*, que significa *a cobra não volta pra trás*, para destacar o caráter irreversível das mudanças em Moatize. Este adágio capta as sutilezas do ocorrido em Moatize com o início da extração do carvão mineral, não só como um fato consumado e sem *reverse*, mas também alerta para a tomada de consciência das comunidades relativamente à porosidade do discurso de universalização dos benefícios dos megaprojetos. Este discurso oculta as relações assimétricas entre os sujeitos sociais e os megaprojetos, gerando a impressão de que todos se beneficiarão de igual forma com o projeto.

O início da extração do carvão mineral em Moatize transformou o cotidiano das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale e Riversdale, porque, além da mudança do local de residência, concomitante a isso, símbolos e referenciais que eram parte de sua identidade e do cotidiano foram transformados, separados e/ou destruídos. O Rio Revubué, um dos elementos simbólicos mais destacados pelos moradores, tornou-se um local proibido, pois as comunidades, principalmente, as de Mwaladzi e Cateme não têm acesso ao Rio, em função da distância que as separa deste.

Sabe-se, porém, que este Rio carrega consigo diversos significados, quer como ponto de encontro e de lazer entre as famílias e amigos, principalmente adolescentes, quer como local de trabalho e de produção. Nos dois contextos, o Rio se apresenta como o elo entre a população, o trabalho e a vida social das comunidades. De fato, o Rio simboliza a vida e o cotidiano dos grupos sociais atingidos, daí que separá-los implica o rompimento com a vida e a dinâmica social destas comunidades.

De resto, considerando o modelo de desenvolvimento adotado em Moçambique, pensado na perspectiva de colocar sobre as comunidades pobres o "fardo" de todo o processo de modernização territorial, resultando, na perda da autonomia e do sentido de lugar, as comunidades atingidas reorganizam-se e as identidades apresentam novas feições, fortalecem-se em formas tidas como reessencializadas, criadas pelo deslocamento e reassentamento forçados.





## REFERÊNCIAS

BASSEY, N. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BATA, E. J. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais"**: efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. 2018. 565f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2018.

CRUZ, V. C. do. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2011.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010, 92p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Difel: Lisboa. 1989. 159p.

CORREA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E.; BECKER, B. K.; GOMES, P. C. C (Orgs.). **Geografia**: conceitos temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15- 48

DANTAS, E. M., MORAIS, I R. D. **Lugar e (des) identidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. 2008. 24p.

GONÇALVES, C.W. P. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. Hidbridismo cultural, "antropofagia" identitária e transterritorialidade. *In*: DELOIZY, F. B; SERPA, A. (Org.). **Visões do Brasil**: estudos culturais em geografia. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 27-46.

\_\_\_\_\_. **Regional - Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A D; SPOSITO, E S; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HUMAN RIGHT WACTH. **O que é uma casa sem comida?** O boom da mineração de carvão e o reassentamento. USA: 2013. 141p. Disponível em:

<[https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port\\_ForUpload\\_0.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf)>. Acesso em: 8.jun.2015.

MACARINGUE, E. J. **Modernização da agricultura no Distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Goiás, 2018.

MARTINS, J. S. de. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

MATUSSE, R.; MALIQUE, J. e ISSUFO, J. (Edit.). **Armando Guebuza: liderando o desenvolvimento e o crescimento econômico de Moçambique**. v.1. Compilação de discursos presidenciais. Maputo: Acadêmica, 2015.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2004

RACHMAN, G. **O mundo soma-zero: política, poder e prosperidade no atual cenário global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SILVA, V. P. de. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. **Caminhos de Geografia - revista on line**, Uberlândia, v.8, n.21, p. 18 - 28, jun. 2007.

STAVENGAGEN, R. Indigenous peoples: land, territory, autonomy, and selfdetermination. *In*: ROSSET, P., PATEL, R e COURVILLE, M. (Edit.). **Land promised: competing visions of agrarian reform**. New York, 2006. p. 208-217.

THUKRAL, E G. Displacement and protecting the rights of children. *In*: MEHTA, L (Edit.). **Displaced by development: confronting marginalisation and gender injustice**. New Delhi: Sage publications India, 2009. p. 80-102.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. B. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, 1992.

VAINER, C B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.9, n.1, p. 9-23, maio. 2007.



XIONG, Yi. O papel dos mega projetos e o seu peso no emprego e no crescimento. *In*: ROSS, D. C (Coord.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington: Fundo Monetário Internacional, 2014. p.29-39.

WORLD STEEL ASSOCIATION. **World steel in figures 2018**. Belgium. ISBN 978-2-930069-89-0. 2018.